
Município de Alpiarça

Órgão: Câmara Municipal

Ata N.º 13/2025

9 de julho de 2025

Assunto: Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Início da reunião: 14h12m	Término da reunião: 15h19m
----------------------------------	-----------------------------------

Presidente da Câmara Municipal:

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

Vereadores da Câmara Municipal:

Jorge Manuel Claudino de Freitas

Ana Margarida Vences Rosa do Céu

João Pedro Costa Arraiolos

Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo

Secretária:

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

--- Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2021/2025, sob a Presidência da Excelentíssima senhora Presidente Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes e com a participação dos senhores Vereadores Jorge Manuel Claudino de Freitas, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Casimira Pereira Alves e Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo. Verificou-se a ausência do senhor Vereador João Pedro Costa Arraiolos, por motivos pessoais. Secretariou a reunião Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça. -----

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de setembro, foi a seguinte: -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 23 de junho de 2025 - N.º 12/2025 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- **02: Deliberação – Autorização para cedência por arrendamento do lote 105 da Zona Industrial.** -----

--- **03: Ratificação – Ratificação do Despacho de aprovação da venda de artigos de merchandising no âmbito do “Festival Gastronómico 2025 - Sabores do Campo e da Charneca Ribatejana”.** -----

--- **04: Deliberação – Proposta de designação do representante do Município de Alpiarça na Comissão de Crianças e Jovens de Alpiarça.** -----

--- **05: Deliberação – Proposta de Atribuição de Isenções a Coletividades e Associações 43ª Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça – ALPIAGRA 2025.** -----

--- **06: Deliberação – Proposta de aprovação celebração de Protocolo entre o Município de Alpiarça e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e aprovação da respetiva Minuta.** -----

--- **07: Ratificação – Proposta de Isenção de Pagamento de Taxas - Licença Especial de Ruído.** -----

--- **08: Deliberação – Proposta de Início de Procedimento de Suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Alpiarça, em vigor.** -----

--- **ABERTURA DA REUNIÃO** -----

--- A reunião foi aberta pela senhora Presidente da Câmara, eram catorze horas e doze minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia oito de junho de dois mil e vinte e cinco, com um total de disponibilidades de 4.456.472,71 euros (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e dois euros e setenta e um centimos). -----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----



--- A senhora Presidente iniciou o período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores. -----

--- A senhora Vereadora Casimira Alves tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e manifestou a sua preocupação sobre a limpeza de matos perto da Charneca. Relatou que foi utilizada uma roçadora de disco metálico esta semana, um método que considera perigoso, em época de risco extremo de incêndio devido às altas temperaturas, mesmo que o limite para estas limpezas seja até dia 15 de setembro. Pediu para que a prática fosse revista. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e questionou sobre o resultado da auditoria do Ministério da Administração Interna (MAI) referente ao Quartel da GNR que, segundo a senhora Presidente, estaria agendada para 26 de junho de 2025. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes e questionou sobre o outdoor na saída de Alpiarça, no lado esquerdo, onde foi removido o conteúdo que indicava a zona da Barragem e do Carril, procurando saber se a intenção é remover a estrutura ou recolocar o conteúdo. Sugeriu a intensificação da limpeza na zona da Barragem, frequentemente utilizada para caminhadas, devido à presença de dejetos humanos. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que embora o Município não esteja a realizar muitas limpezas de mato atualmente, os particulares ainda o fazem. Referiu que as regras sobre o que pode ou não ser usado neste período estão definidas. Desconhecendo o local exato da limpeza mencionada e se a máquina era municipal, solicitou a localização para que pudesse verificar com os serviços se os veículos eram da Autarquia e se as regras estavam a ser cumpridas. Salientou que alguns trabalhos, como a limpeza de matos, podem ser realizados com acompanhamento, mesmo neste período. Informou que a maior parte das propriedades do Município já foram limpas e que os particulares têm sido notificados para efetuarem as suas limpezas, garantindo que as regras têm de se cumprir. Confirmou a visita dos responsáveis do MAI no dia 26 de junho. Informou que a obra do Posto da GNR está em fase de limpeza e que tudo o que estava previsto no contrato programa com o MAI foi cumprido. O próprio MAI desencadeou processos de fiscalização da conformidade das duas celas existentes, que possuem especificações que exigem certificação. Foram apontadas duas correções de pormenor relacionadas com uma folga nos botões de descarga de água e a altura de outro elemento, que já foram corrigidas pelo empreiteiro. Uma nova equipa do MAI visitará a obra para verificar a conformidade destas correções. Adiantou que, segundo a sua visita e contacto com o empreiteiro, a obra deverá ser entregue ao Município completamente limpa durante este mês, aguardando-se a certificação da conformidade das celas pelo MAI e de um processo de ligação energética e a ativação dos equipamentos, que também será



supervisionada pelo MAI. A expectativa é que, assim que esses aspetos forem resolvidos, o edifício possa ser entregue. Referiu que uma parte do mobiliário já foi transferida para a obra. Após a certificação pelo MAI, poderá operar-se a transferência do Corpo da GNR para o novo posto e a formalização do Protocolo necessário para que o MAI, através da GNR, assuma a responsabilidade pela manutenção e administração do edifício. Informou que o outdoor, à saída de Alpiarça, foi danificado pelo vento e será repostado. Relativamente aos dejetos humanos na zona da Barragem, afirmou ser a primeira vez que recebe tal reporte, mencionando que dejetos de animais, como cães e patos, são mais comuns. Considerou impraticável a Câmara remover esses dejetos com frequência e que não seria necessário colocar placas sobre o assunto, lamentando que certas questões de civismo estejam além da consequência e do controle.

--- **Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:** -----

--- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

--- **01: Deliberação – Proposta de Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 23 de junho de 2025 - N.º 12/2025 - Mandato 2021 – 2025.** -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo sugeriu algumas correções e alterações à ata. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu sugeriu uma alteração à ata. -----

--- **Deliberação:** A Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Alpiarça, realizada no dia 23 de junho de 2025 - N.º 12/2025 - Mandato 2021 – 2025, foi aprovada por unanimidade depois das alterações efetuadas. -----

--- **02: Deliberação – Autorização para cedência por arrendamento do lote 105 da Zona Industrial.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que o requerente, “JOÃOSUCATAS – Transporte de Sucatas, Lda,” na qualidade de titular do direito de superfície do lote 105 na Zona Industrial, solicitou ao Município a autorização para arrendar o lote à firma “Patamar do Girassol, Lda”, para instalar uma atividade relacionada com a agricultura. A proposta inclui os montantes do arrendamento e a documentação necessária, como a certidão de registo predial e comercial, CAE de ambas as partes, preço do negócio ou da renda no caso de arrendamento, descrição da atividade e uma declaração do arrendatário comprometendo-se a respeitar o Regulamento Municipal. A proposta visa autorizar a cedência, com o cedente a pagar ao município 20% do valor da renda mensal, tal como consta do Regulamento da Zona Industrial. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que o processo está devidamente instruído, embora o requente não tenha feito bem as contas. No entanto, o valor na proposta está correto



e, nesse sentido, iriam votar favoravelmente. -----

--- **Deliberação:** A cedência por arrendamento, do direito de superfície do lote número 105 da Zona Industrial de Alpiarça, nos termos constantes do requerimento apresentado pela firma “JOÃOSUCATAS – Transporte de Sucatas, Lda” à firma “PATAMAR DO GIRASSOL, Lda”, pelo valor de 725,00€/mês, foi aprovado por unanimidade. -----

--- **03: Ratificação – Ratificação do Despacho de aprovação da venda de artigos de merchandising no âmbito do “Festival Gastronómico 2025 - Sabores do Campo e da Charneca Ribatejana”.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, solicitou a ratificação do despacho de aprovação da venda de artigos de merchandising no âmbito do “Festival Gastronómico 2025 - Sabores do Campo e da Charneca Ribatejana”, que ocorreu nos dias 28 e 29 de junho. Informou que, para esta edição, foram adquiridas taças e canecas de barro com gravação alusiva ao evento, além de sacos de pano e chapéus, para utilização pelos visitantes durante o mesmo. O despacho a ser ratificado autoriza a venda destes artigos aos seguintes preços, 2,00€ a taça de barro, 2,00€ a caneca de barro, 1,00€ o saco de pano e 2,5€ o chapéu. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, declarou que se absteria neste ponto, tal como no ano passado, mas manifestou satisfação pelo fato de este ano ninguém ter sido obrigado a comprar o “kit” para fazer a refeição. -----

--- **Ratificação:** O Despacho, datado de 24/06/2025, relativamente à venda de artigos de merchandising no âmbito do “Festival Gastronómico 2025 - Sabores do Campo e da Charneca Ribatejana”, foi ratificado por maioria com as abstenções das senhoras Vereadoras da CDU. -----

--- **04: Deliberação – Proposta de designação do representante do Município de Alpiarça na Comissão de Crianças e Jovens de Alpiarça.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, explicou que, durante anos, a representante anterior acumulava esta função com o Serviço de Ação Social, sendo Técnica do Município. Com a sua cessação de funções e em conjunto com a CPCJ, sentiu-se a necessidade de contratar uma Técnica de Serviço Social dedicada exclusivamente à CPCJ, no sentido de integrar os trabalhos da Comissão designadamente com um acompanhamento mais próximo, separando-o das funções municipais. Assim, propõe-se que a Técnica recém contratada, Ana Patrícia Violante de Jesus, seja designada como representante do Município na CPCJ, sendo esta uma competência da Câmara. -----



--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, questionou se a Técnica ficaria a tempo inteiro afeta à CPCJ. -----

--- Interveio a senhora Presidente, confirmou que, nesta fase inicial sim, devido à pressão de processos na CPCJ. Esclareceu que, a Técnica apesar de ser contratada pelo Município e estar no âmbito do Gabinete de Ação Social, ela atuará exclusivamente na CPCJ, nesta fase. A necessidade de técnicos afetos à CPCJ é constatada em função do número de processos que estejam abertos. Nesta fase há uma resposta que é necessária de imediato. É evidente que se não se justificar, a longo do prazo, como a contratação é feita através do Gabinete de Ação Social, a Técnica pode ficar a apoiar as outras funções do Gabinete de Ação Social. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que habitualmente em função dos processos seria um dia até 40 processos e dois dias acima de 40 processos. Uma vez que a Técnica vai ficar os 5 dias afeta à CPCJ, a questão é se justifica os 5 dias afetos à CPCJ. Questionou se, neste momento, estão com 250 processos. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que não estão com 250 processos, mas com processos em curso e atrasados que precisam de ser recuperados. -----

--- **Deliberação:** A designação da Técnica, Ana Patrícia Violante de Jesus, como representante do Município de Alpiarça na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alpiarça – CPCJ, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **05: Deliberação – Proposta de Atribuição de Isenções a Coletividades e Associações 43ª Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça – ALPIAGRA 2025.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que diversas Associações e Coletividades do Concelho manifestaram intenção de participar na 43ª Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça – ALPIAGRA 2025. As entidades elencadas para isenção são as seguintes, no Pavilhão Empresarial, a Associação de Amigos da Natureza de Alpiarça - AANA, o Clube Desportivo “Os Águias”, o Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho, a Sociedade Filarmónica Alpiarcense 1º de Dezembro e o Grupo de Dadores de Sangue de Alpiarça. No Pavilhão de Artesanato, o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça e o Grupo Etnográfico Danças e Cantares de Alpiarça - Albandeio. No Espaço de Doçaria, o Agrupamento 1301 - Corpo Nacional de Escutas da Alpiarça e o Grupo Etnográfico Danças e Cantares de Alpiarça – Albandeio. No Espaço de Restauração, o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça e o Clube Desportivo “Os Águias”. No Espaço Exterior, o Clube Desportivo “Os Águias” – Vespáguias. A proposta é que a Câmara



delibere isentar a estas entidades, que são Associações e Coletividades do Concelho, o pagamento do espaço. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que votaria a favor da proposta, apesar de considerar que não seria necessário, uma vez que o próprio Regulamento já prevê a isenção de Associações e Coletividades sem necessidade de pedido expresso. -----

--- **Deliberação:** A Isenção a Coletividades e Associações 43ª Feira Agrícola e Comercial de Alpiarça – ALPIAGRA 2025, foi aprovada por unanimidade. -----

--- **06: Deliberação – Proposta de aprovação celebração de Protocolo entre o Município de Alpiarça e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e aprovação da respetiva Minuta.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, esclareceu que houve uma correção necessária na minuta original do Protocolo que, por lapso da Universidade, identificava um sítio arqueológico em Vila Nova de São Pedro, classificado como Património Nacional, mas que não pertence a Alpiarça. A correção consiste em remover essa designação específica, tornando o Protocolo abrangente para os diversos sítios arqueológicos de referência em Alpiarça, muitos deles identificados na recém concluída Carta Arqueológica do Município. A equipa da Universidade de Lisboa iniciará as escavações no sítio de Vale do Forno e o Protocolo permitirá futuras investigações noutras localizações se justificável. Informou que a Carta Arqueológica do Município está concluída e será apresentada publicamente, permitindo novas atividades e parcerias. -----

--- A senhor Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que reconhecem o mérito da proposta de cooperação com uma instituição pública de reconhecida competência científica e cultural, bem como o potencial estratégico que a mesma representa para a valorização do Património Arqueológico, Histórico e Cultural do Concelho de Alpiarça. No entanto, sublinham a necessidade de garantir que a implementação deste Protocolo obedeça a critérios de transparência, controle político e salvaguarda dos interesses públicos, nomeadamente que qualquer adenda futura ao Protocolo, especialmente as que envolvam compromissos financeiros, logísticos ou operacionais por parte do Município, seja obrigatoriamente submetida à deliberação prévia da Câmara Municipal, nos termos da Cláusula VI. Que a designação dos representantes do Município para os grupos de trabalho referidos na cláusula 8ª seja objeto de comunicação formal à Câmara, garantindo o acompanhamento político das ações desenvolvidas. Que o envolvimento de terceiros, cláusula 7ª, seja sempre sujeito à avaliação da Câmara, assegurando que nenhuma entidade externa atua em nome do Município sem autorização expressa. Recomendam que seja criado um ponto anual de acompanhamento na Ordem de Trabalhos da



Câmara com a apresentação de relatório de execução deste Protocolo, nomeadamente das ações desenvolvidas, os recursos envolvidos e os resultados alcançados. Acreditam que com estas garantias, esta parceria pode efetivamente contribuir para a valorização do Concelho e do seu Património, sem colocar em risco a autonomia e os recursos municipais. -----

--- Interveio a senhora Presidente, confirmou que as questões levantadas sobre transparência e controle já estão vertidas no protocolo e serão cumpridas. Aceitou a sugestão de estabelecer um ponto anual de acompanhamento com relatórios de progresso. -----

--- **Deliberação:** O Protocolo entre o Município de Alpiarça e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Minuta foram aprovados por unanimidade. -----

--- **07: Ratificação – Proposta de Isenção de Pagamento de Taxas - Licença Especial de Ruído.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, referindo que foi solicitada a isenção de pagamento de taxas de licença especial de ruído para a festa realizada no Casalinho, no passado fim de semana, esta é uma prática habitual. Propõe-se a ratificação do despacho de isenção do pagamento da taxa relativa à emissão de licença especial de ruído, no montante diário de 48,00€, para a realização do evento promovido pelo “Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho”, uma vez que se trata de uma associação de carácter recreativo com sede no Concelho, sem fins lucrativos. -----

--- **Ratificação:** O Despacho de isenção do pagamento da taxa relativa à emissão de licença especial de ruído, no montante diário de 48,00€, para a realização do evento promovido pelo “Centro Popular de Cultura e Recreio do Casalinho”, foi ratificado por unanimidade. -----

--- **08: Deliberação – Proposta de Início de Procedimento de Suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Alpiarça, em vigor.** -----

--- A senhora Presidente tomou a palavra, explicou este ponto vem na sequência de um trabalho iniciado há mais de dois anos de procura de resolução daquilo que é a realidade, em termos de planos de gestão do território para viabilizar um investimento bastante elevado no Concelho, que não era possível com os instrumentos de gestão territorial em vigor. Mencionou que já foram estabelecidas e publicadas normas provisórias para integrar duas parcelas de terreno agrícolas na Zona Industrial, permitindo-lhes um uso industrial. O investimento em questão, proposto pela Empresa Soprema, visa a instalação de unidades industriais que requerem a agregação de lotes de terreno atualmente separados. Salientou que a Zona Industrial de Alpiarça com os seus lotes pequenos e retalhados, constitui uma realidade difícil de inverter. A realidade dos anos 80 é substancialmente diferente da atual, não se adequa às necessidades das



indústrias atuais, que procuram grandes dimensões. Embora esteja em curso a revisão do PDM, que já contempla a ampliação da Zona Industrial, é necessário resolver esta situação de imediato para permitir a instalação da empresa. A suspensão do Plano Pormenor permitirá agregar os lotes e realizar alterações nas infraestruturas, como a passagem da conduta de gás e a reconfiguração dos arruamentos, para que a unidade industrial seja una. A empresa será responsável pela contratualização com as fornecedoras de gás e pela criação da infraestrutura rodoviária. A proposta visa apenas dar início ao processo para permitir estas diligências e a instalação do investimento. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, questionou sobre a suspensão parcial, solicitando mais documentação sobre a área exata a ser suspensa, uma vez que zonas de domínio público passariam a domínio privado. Considerou que a Câmara deveria ter acesso a essa documentação para aprovar o ponto e entender a nova reconfiguração. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que a proposta é apenas para iniciar o procedimento de suspensão, autorizando os serviços a dar andamento. Todo o processo instruído, com a delimitação física, a proposta de alteração das ruas, a junção dos lotes e a gestão das compensações se aplicável, será trazido posteriormente à Câmara para aprovação. Referiu que, embora não haja um desenho físico neste momento, a zona está descrita na proposta. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que a proposta deveria indicar qual é a área que iria haver a suspensão. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que aquilo que vem à Câmara é a autorização para iniciarem o procedimento. A empresa propõe a implantação de unidades industriais num determinado terreno, e parte desse terreno está ocupado com uma via pública e com infraestruturas de outras empresas, neste caso de água e gás e, portanto, necessitam de ter a autorização para fazerem o planeamento. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo tomou a palavra, referindo que nesta proposta não é apresentado qualquer estudo técnico ou parecer jurídico que justifique esta desclassificação do domínio público, nem se esclarece o interesse público efetivo desta privatização. A alegação de que se trata de um projeto de extrema importância para o Concelho não é sustentada com dados concretos, nomeadamente valores de investimento, número de postos de trabalho, impacto económico, social ou ambiental. Questionou qual a delimitação exata da área a suspender, quais as medidas preventivas concretas previstas para evitar o risco de vazio de regulamentação, a Câmara está a propor uma simples suspensão parcial limitada no tempo e no espaço ou está a iniciar uma revisão formal do PPZI. -----



--- Interveio a senhora Presidente, referindo que iriam ter que fazer a revisão do PPZI obrigatoriamente. Reiterou que a proposta é apenas para autorizar o início do procedimento. A suspensão parcial permite a agregação de lotes e a alteração de infraestruturas. Explicou que o processo completo, com todas as justificações jurídicas e técnicas, incluindo a delimitação exata, a gestão do espaço público ocupado e as compensações, virá posteriormente à Câmara para análise e aprovação, carecendo de pareceres de outras entidades, como a CCDR. A justificação não se limita ao montante do investimento, mas também à sua importância para o Concelho. -----

--- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que ao entrar em detalhes sobre a passagem de domínio público para privado, gerou confusão e que o ideal seria ter-se focado apenas na autorização para o início do procedimento. -----

--- Interveio a senhora Presidente, referindo que não tinha conhecimento quais são os condicionalismos técnicos ou as argumentações técnicas que têm que vir numa situação destas. O processo é desencadeado pelo serviço, no sentido de que há necessidade de propor esta suspensão. A parte técnica ou a exposição técnica que vem agregada é aquela que decorre do Regulamento e das regras que estão previstas. -----

-- A senhora Vereadora Margarida Rosa do Céu tomou a palavra, referindo que aquilo que falta na proposta é efetivamente indicar qual é a área, porque é só suspensão parcial daquela zona. -----

--- Interveio a senhora Presidente, explicou que a informação técnica detalhada da área ainda não está disponível, uma vez que a Câmara está a votar apenas o início do processo. A empresa apresentou um requerimento para agregar os lotes, o que implica uma área, mas essa delimitação técnica precisa de ser desenvolvida pelos serviços e virá com o processo completo para aprovação. Garantiu que, uma vez iniciado o processo, não terá dificuldade em fornecer um mapa com o perímetro exato da área em causa. Reforçou que o objetivo é dar início ao procedimento o mais rapidamente possível para viabilizar o investimento. -----

--- **Deliberação:** O Início de Procedimento de Suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Alpiarça, em vigor, foi aprovado por unanimidade. -----

--- A senhora Vereadora Fernanda Cardigo apresentou a seguinte declaração de voto: *“Apesar da proposta, no nosso entender, carecer de algum rigor, nomeadamente pela falta de um parceiro jurídico que nos ajude a votar em consciência, tendo em conta as explicações da senhora Presidente, votámos a favor, pois acreditamos que o procedimento irá seguir todos os trâmites legais necessários e também*



porque não queremos ser nenhuma entrave à evolução económica de Alpiarça.” -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- A senhora Presidente da Câmara Municipal deu início ao período de intervenção do público, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra ao público inscrito. -----

--- Interveio o senhor munícipe Tiago Carqueijeiro, questionando se já existe uma previsão dos custos totais da próxima Feira de Alpiagra. Referiu que a Câmara abriu um concurso para três postos de trabalho na carreira de Bombeiro Sapador por mobilidade, quatro candidatos concorreram, mas dois foram excluídos por não cumprir o requisito de estar em efetividade de funções da carreira da categoria de Bombeiro Sapador, apesar de um dos excluídos pertencer a essa carreira. Questionou o motivo das exclusões, visto que apenas dois candidatos foram aprovados para três vagas, dada a imensa dificuldade dos Bombeiros de Alpiarça com o efetivo. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que ainda não estão apurados os custos totais da próxima Feira de Alpiagra, pois a mesma está em preparação e as contas são feitas apenas no final do evento. No entanto, o orçamento previsto para a feira que constava nos documentos previsionais está a ser executado. As contas finais serão públicas. Informou que não acompanha os concursos diretamente, sendo estes geridos pelo Serviço de Recursos Humanos. Presume que as exclusões se devem a incumprimento de critérios. Sugeriu que, se algum dos excluídos considera cumprir o critério pelo qual foi excluído, deve apresentar uma reclamação formal para demonstrar o cumprimento dos mesmos. Esclareceu que o concurso é para mobilidade, o que implica restrições e condicionamentos, pois depende da autorização dos serviços de origem dos Bombeiros. Afirmou que este concurso não se destina a colmatar todas as falhas de pessoal, sendo que outras iniciativas estão a ser desenvolvidas para esse fim. Mencionou que o atual Governo produziu uma legislação governamental recente, embora positiva para a justiça social com impacto de dezenas de milhares de euros em custos de ordenados para os Bombeiros, não transfere verbas para os municípios cobrirem esses aumentos. Este aumento, somado à atualização do salário mínimo e às progressões de carreira/avaliação SIADAP, cria constrangimentos financeiros para o Município. Reiterou que o Município está a procurar outras vias para assegurar a progressão dos Bombeiros e que aguarda resposta da Escola Nacional de Bombeiros para formação. Embora o processo tenha começado pela mobilidade, o objetivo é avançar para concursos de contratação efetiva. Reafirmou que a Câmara abriu mobilidade para três lugares e receberá os três, se os candidatos cumprirem os requisitos e tiverem autorização das suas entidades de origem. -----

--- Interveio o senhor munícipe Tiago Carqueijeiro, questionando novamente sobre a atualização dos salários dos Bombeiros com os respetivos subsídios. -----



--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que a Câmara comunicou com os Bombeiros e restante pessoal em avaliação e esperam conseguir efetuar a atualização no próximo vencimento, com retroativos a janeiro. Mencionou dificuldades na adaptação de plataformas de processamento de vencimentos e a necessidade de cálculos rigorosos devido a dúvidas iniciais na legislação, que, como disse é recente. -----

--- Interveio o senhor munícipe Tiago Carqueijeiro, questionando se tem intenção de abrir concursos para Bombeiros e rever a situação do quadro de Comando. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, afirmando que não haverá alterações no quadro de Comando até ao final do mandato e que qualquer reequacionamento futuro dependerá de novas iniciativas do ponto de vista governamental nesta área. -----

--- Interveio o senhor munícipe Tiago Carqueijeiro, referindo que o atual quadro de Comando não cumpre os requisitos legais de licenciatura para os Comandantes de Corpos de Bombeiros, sendo que apenas um dos dois a possui. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, referindo que tem conhecimento dessa situação, tal como os executivos anteriores. Expressou a sua discordância pessoal com as exigências de licenciatura para a ocupação de certos cargos de Comando nos Bombeiros, no entanto, a legislação em vigor é a que se aplica. Mencionou que esta é uma questão ainda não resolvida em muitos locais e tem sido abordada em diversos fóruns, incluindo com o Ministério da Administração Interna, as estruturas de Bombeiros e a Associação Nacional de Municípios. -----

--- Interveio a senhora munícipe Alexandra Almeida, questionou a senhora Presidente por usar o termo “despesa” em relação à Proteção Civil e aos Bombeiros, em vez de “investimento”. Perguntou ainda quando foi o último concurso de recrutamento externo para a carreira de Bombeiro Sapador, quantos Bombeiros Sapadores estão no ativo e qual o número de elementos humanos necessários para as viaturas do quartel de Bombeiros. -----

--- Respondeu a senhora Presidente, esclarecendo que a gestão dos assuntos relacionados com os Bombeiros é feita em conjunto com o Coordenador de Proteção Civil Municipal e a estrutura de Comando dos próprios Bombeiros e que assim continuará a ser. Concordou que o número de pessoal e meios não é suficiente nem em Alpiarça, nem em outros locais e que as regras de recrutamento tornam a situação mais difícil. No entanto, sublinhou que, no período de quatro anos do seu mandato, o Município fez investimento e não despesa nos Bombeiros Municipais de Alpiarça, com um investimento avultado e a preparação de um investimento ainda maior no âmbito da Comunidade Intermunicipal, a saber, a aquisição de um veículo de combate a incêndios florestais. Enumerou investimentos concretos como a aquisição de duas ambulâncias novas, uma comprada e outra doada, substituição de fardas



num montante inicial de quase 40.000,00€ e com um acréscimo substancial, e processo de aquisição de equipamentos de proteção individual novos para substituir os antigos. Realçou que estes investimentos ocorreram no seu mandato. Considerou o trabalho realizado nos Bombeiros Municipais de Alpiarça muito meritório, tendo melhorado substancialmente as condições de trabalho, segurança e dignidade da Corporação. Admitiu não estar totalmente satisfeita, pois é possível fazer mais e há vontade para isso. No entanto, declarou estar de consciência tranquila pelo que foi possível fazer até agora. Mencionou que, ao assumir a Presidência, os Bombeiros recebiam a atualização do vencimento de Sapador em tranches e a sua gestão antecipou o recebimento completo desse montante em dois anos, permitindo que os Bombeiros recebessem a totalidade do vencimento de Sapador mais cedo. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pela Presidente, eram 15h19m, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Vanessa Alexandra Pepino dos Santos, Técnica da Subunidade de Administração Geral – Apoio aos Órgãos Autárquicos, da Câmara Municipal de Alpiarça, a redigi e vou assinar com a senhora Presidente. -----

A Presidente da Câmara Municipal

Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes

A Técnica da Subunidade de Administração Geral

Vanessa Alexandra Pepino dos Santos

Assinatura digital de igual valor probatório dos congéneres em papel com assinatura manuscrita, ao abrigo do Decreto-Lei nº 290-D/99 de 02 de agosto, na atual redação. Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

